

Introdução

Construindo e Cruzando Fronteiras nos Impérios Ibéricos, séculos XVII-XVIII¹

Shaping Frontiers and Crossing Borders in the Iberian Empires, 17th-18th centuries

No início da Idade Moderna, o sentido do termo fronteira estava fortemente ligado ao âmbito da guerra; a fronteira era concebida como uma frente, a primeira linha onde se desenrolava o conflito armado (BERTRAND e PLANAS 2011). Por essa razão, não é de estranhar que o *Tesoro de la Lengua Castellana* de Sebastián de Covarrubias (1611: 414) tenha integrado a definição de “fronteira” dentro da do termo “frente”, ainda que a tenha definido sem aludir diretamente à guerra: é a “raia e termo que divide dois reinos por estar um fronteiro ao outro”, uma definição muito semelhante àquela que nos é dada pelo *Diccionario de Autoridades* (1732), que introduziu uma apreciação (“raia e termo que parte e divide...”) que incidia na sua função segregadora. As definições de fronteira do *Tesoro de la Lengua Castellana* e do *Diccionario de Autoridades* a que se fez referência aludem ao carácter linear da fronteira mediante o uso do termo “raia”, cujo significado se projeta sobre o âmbito espacial: “termo, confim ou limite de uma Província ou Região com outra, ou a divisão da sua jurisdição”². Este significado é, aliás, reproduzido no *Vocabulario Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau (1728: 219), que associa fronteira às fronteiras do Reino e aos seus confins. Na semântica fronteiriça em castelhano torna-se, assim, fundamental o termo “limite”: “O termo, confim ou lindeiro das possessões, terras ou estados”, que amplia o marco desde âmbito estatal ao privado. O mesmo parece sugerir

¹ Este caderno temático resulta, em parte, de discussões levadas a cabo na conferência “Encounters, Rights and Sovereignty in the Iberian empires (15th-19th centuries)”, que teve lugar na Universidade de Évora, em maio de 2018, e que foi organizada no contexto do projeto “Empire and Human Rights: Colonization and Sovereignty in a global Iberian empire” (IF, GA 659425), financiado pelas Acções Marie Skłodowska-Curie, da Comissão Europeia. A publicação e coordenação deste caderno enquadra-se também no projeto de pesquisa “La ciudad en acción: resistencias, (re)significaciones del orden y cultura política en la Monarquía Hispánica” (PID2021-124823NB-C22) financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033/ and FEDER Una manera de hacer Europa. Esta publicação recebeu também apoio do programa de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia, sob o Grant Agreement N^o 778076 das Acções Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement.

² A etimologia destes vocábulos é latina: *finis, limes, confinia, terminus*.

Raphael Bluteau: “termo, ou extremidade de algum campo, terra, e com que separa, e divide uma coisa da outra”. O carácter territorial de esta forma de conceber a fronteira é evidente, como evidente é o propósito separador e até mesmo a índole periférica que, conseqüentemente, se atribui aos entornos fronteiriços.

Estes significados não deixaram de influenciar a historiografia das fronteiras, que tradicionalmente as conceberam como espaços de tensão e confronto de natureza linear. Contudo, depois do processo de renovação historiográfica que se desenvolveu nas últimas décadas, as fronteiras são hoje definidas desde perspetivas mais abrangentes, não se considerando apenas as suas dimensões políticas, mas privilegiando-se também as suas dimensões sociais e interculturais, bem como a sua permeabilidade e o seu carácter construtivo. Cada vez mais, tende-se a sublinhar a importância das interações interculturais e das atividades transfronteiriças como uma característica fundamental dos espaços de fronteira. Os impérios ibéricos não ficaram arredados destas discussões (v.g. HERZOG 2015; FAVARÒ, MERLUZZI & SABATINI 2017; TRUCHUELO & REITANO 2017; LEVIN ROJO & RADDING 2019), mas continuam a faltar trabalhos que ofereçam uma abordagem mais integrada no tempo e no espaço. O objetivo deste caderno temático é, precisamente, contribuir para esta análise de conjunto, assim aprofundando o carácter socialmente construído das fronteiras.

Ainda que, durante muito tempo, as fronteiras tenham sido concebidas como uma imposição desde o topo, ao considerarmos a multiplicidade de atores que contribuíram gradualmente para o seu processo de conformação e definição, passamos a ter uma compreensão mais cabal do carácter poliédrico das fronteiras e da sua natureza mutável e, inevitavelmente, porosa. Assim, os artigos aqui reunidos procuram olhar para os processos de construção das fronteiras em diferentes escalas, a partir da análise da capacidade de participação (*agency*) de uma grande variedade de atores, tanto dominantes como subalternos, tanto internos como externos. Além disso, os textos que aqui se apresentam procuram reinterpretar os impactos da condição de fronteira nos próprios territórios e nos indivíduos que neles se movimentam, considerando os cruzamentos e conexões entre diferentes espaços dos impérios ibéricos. Pretende-se, assim, contribuir para o conhecimento sobre fronteiras coloniais na Ásia e na América através do estudo das relações transfronteiriças e interétnicas.

O conjunto de artigos reunidos aborda, pois, esta problemática a partir de uma multiplicidade de perspetivas. A partir da análise do funcionamento de uma instituição central às duas monarquias ibéricas – a Inquisição –, Miguel Rodrigues Lourenço examina a cooperação entre os agentes portugueses e os castelhanos no Sueste Asiático, um espaço periférico aos dois impérios. Observa estas dinâmicas de cooperação num momento particularmente fraturante entre

as duas monarquias: a *Restauração* de 1640. O autor demonstra como as Inquisições do México e de Goa mantiveram abertos canais de comunicação informais que permitiram a troca de informação e correspondência inquisitoriais, bem como a livre circulação dos seus agentes, uma troca e uma circulação alheias à guerra travada pelas duas coroas na Península Ibérica. Considerando estas regiões como uma “periferia partilhada”, Rodrigues Lourenço olha para estes espaços de fronteira a partir do seu carácter de conexão, ao invés da natureza conflituosa e divisora tradicionalmente considerada.

Também Carlos Augusto Bastos e Benita Herreros Cleret de Langavant põem a tónica nas dinâmicas de conexão e aproximação facilitadas pelos espaços de fronteira, aprofundando os esforços de demarcação fronteiriça desenvolvidos depois da assinatura do Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso (1777). Bastos demonstra que, durante a demarcação, se desenrolaram amplas redes comerciais trans-imperiais que ultrapassaram o espaço fronteiriço e que se estendiam até às regiões andinas, alcançando inclusivamente a cidade de Quito. O intercâmbio – lícito e ilícito – esteve intimamente relacionado com a presença da Quarta Partida Demarcadora de Limites no território, uma vez que serviu para atender às necessidades de abastecimento da partida e dos seus membros, que se envolveram diretamente nele, a começar por Francisco Requena, comandante da partida espanhola e governador de Maynas. Herreros, por sua vez, destaca a relevância adquirida pela cartografia nas tentativas de definir um limite fronteiriço sobre o terreno por parte dos representantes dos poderes ibéricos no Paraguai e em Mato Grosso. A autora observou como a execução dos trabalhos de exploração e cartografia realizados pela Terceira Partida espanhola na área do curso superior do rio Paraguai dependeu, em boa medida, da colaboração prestada por indígenas. Sublinha também a importância dos saberes indígenas para a construção do conhecimento geográfico “oficial”, um conhecimento que tinha o objetivo de definir uma fronteira linear ajustada aos termos do Tratado de Limites e que era adquirido a partir da atuação dos indígenas como guias, intérpretes e informantes sobre assuntos estratégicos. Além disso, este estudo constata também as intenções que a partida de demarcação tinha de construir uma soberania sobre o terreno, bem como a relevância que as populações indígenas não sujeitas à autoridade colonial adquiriram neste contexto de rivalidade entre as potências ibéricas. Os dois artigos contribuem para demonstrar que a demarcação de limites que, em teoria, deveria estabelecer a separação entre os impérios ibéricos, legitimar uma determinada soberania sobre o terreno e, conseqüentemente, consolidar um marco normativo específico, dependeu largamente da circulação transfronteiriça e trans-imperial de pessoas, mercadorias e informações, e também da colaboração de indivíduos e sociedades indígenas autónomas. Paradoxalmente, ainda que o

Tratado pretendesse limitar essa circulação e aspirasse a impor o domínio sobre essas comunidades, a sua implementação dependeu de ambas.

As figuras dos guias (*baqueanos*) e intérpretes (*lenguaraces*) ganham também destaque no artigo de Andrés Severo Antón Rivas, que, ao analisá-los, realça o papel por estes agentes desempenhado na intermediação cultural nas fronteiras meridionais do Rio da Prata, no período entre 1740 e 1810. O autor leva a cabo uma caracterização destes indivíduos tendo em conta critérios demográficos e sociais, identificando uma grande diversidade étnica, etária, de género e de extração social. A análise das funções que exerceram na Pampa e Patagônia permitiu-lhes observar que, além de guiar e traduzir, estes indivíduos desenvolveram tarefas que foram desde a participação no estabelecimento e desenvolvimento de negociações de paz entre hispano-crioulos e indígenas até, no extremo oposto, à espionagem e ao roubo, um aspeto ilustrativo da pluralidade de relações que se estabeleceram nestes ambientes fronteiriços.

O vice-reinado do Rio da Prata é também explorado no texto de Randall Grant Kleiser, que analisa a construção da paz entre portugueses e castelhanos na chamada “Banda Oriental”, correspondente às fronteiras entre os impérios português e espanhol a leste do rio Uruguai. A sua análise situa-se na cronologia entre 1777 e 1801, um período que se segue a quase um século de conflitos recorrentes na Banda Oriental. Kleiser explica como a paz resultou de uma multiplicidade de fatores. Quando se assinou o tratado, já se havia concretizado a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios de Portugal (1759) e de Espanha (1767), a quem se tinha responsabilizado por instigar a resistência guarani à execução do Tratado de Madrid, de 1750. A estes fatores acrescentaram-se outros como a diminuição das disputas em torno do gado entre os colonos ou do contrabando, uma atividade que, durante muito tempo, tinha sido crucial para a região e cuja importância decresceu devido à aprovação do Decreto de Livre Comércio de 1778. Desta forma, a simultaneidade de diversos fatores a uma escala local, regional e global terá criado as condições necessárias para o fim das hostilidades que, até 1777, tinham caracterizado as relações entre os impérios ibéricos na Banda Oriental, ao mesmo tempo que contribuiu para a consolidação da autoridade colonial das duas monarquias.

Assim, através de diferentes abordagens – política, religiosa, militar, institucional, científica, cultural e económica –, o conjunto de artigos reunidos neste caderno temático coloca em diálogo diferentes tradições historiográficas, oferecendo uma imagem panorâmica das fronteiras das monarquias pluricontinentais ibéricas, da sua (in)definição e das relações interétnicas e transfronteiriças que se desenvolveram no seu entorno e a partir delas, visando assim contribuir para uma compreensão mais cabal dos espaços de fronteira e do seu papel na construção dos impérios ibéricos.

Fontes Impressas

- BLUTEAU, Rafael (1728). *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*, vol 4. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva.
- COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de (1611). *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Luis Sánchez.
- Diccionario de Autoridades* (1726-1739), versão digital: <https://apps2.rae.es/DA.html>

Bibliografia

- BERTRAND, Michel e PLANAS, Natividad (eds.) (2011). *Les Sociétés de frontière de la Méditerranée à l'Atlantique (XVI e-XVIII e siècle)*. Madrid: Casa de Velazquez.
- FAVARÒ, Valentina; MERLUZZI, Manfredi; e SABATINI Gaetano (coords.) (2017). *Fronteras. Representaciones, Integraciones y Conflictos entre Europa y América, S. XVI-XX*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- HERZOG, Tamar (2015). *Frontiers of possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press.
- LEVIN ROJO, Dana A. e RADDING, Cinthya (2019). *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World*. Oxford University Press.
- TRUCHUELO, Susana e REITANO, Emir (eds.) (2017). *Las fronteras en el Mundo Atlántico (siglos XVI-XIX)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata.

GRAÇA ALMEIDA BORGES

Universidade Autónoma de Lisboa, Polo CIDEHUS.UAL

mgborges@autonoma.pt

<https://orcid.org/0000-0002-4789-908X>

BENITA HERREROS CLERET DE LANGAVANT

Universidad de Cantabria

herrerosp@unican.es

<https://orcid.org/0000-0002-4789-908>

